

O Mundo em Português Nº8

Maio 2000

Rafael Marques e o Fim dos "Tempos Áureos"

Diogo Pires Aurélio

Quando decidiu denunciar o regime angolano, o jornalista Rafael Marques sabia a fragilidade do poder perante a arma que ele tinha nas mãos: a opinião pública internacional. Sabia que os "tempos áureos" dos que querem travar a mudança estão a chegar ao fim.

Para quem estiver minimamente a par do que se passa na comunicação social de Angola, o caso de Rafael Marques só constituiu surpresa pela visibilidade que, subitamente, adquiriu o julgamento de alguém acusado de delito de imprensa. Na realidade, as mais diversas organizações internacionais têm vindo, desde há cerca de ano e meio, a denunciar regularmente ameaças, prisões e outras formas de silenciar, pelo medo, as vozes que surgem com críticas ao poder instalado em Luanda.

Por que motivo só a prisão de Raquel Marques se tornou num caso internacional? Por que motivo o tribunal que o julgou foi sensível, apesar de todos os vícios processuais que se lhe apontam, ao que diziam os jornais do mundo inteiro, aplicando-lhe uma pena, sem dúvida escandalosa à luz dos direitos humanos, mas visivelmente comedida face a uma acusação que começou por lhe "garantir" 40 dias na cadeia, 10 dos quais incomunicável?

Há uma frase, no já célebre texto que esteve na origem do processo judicial — "O Bâton da Ditadura", publicado, a 3 de Julho de 1999, no semanário Agora — onde Rafael Marques antecipa o que, verdadeiramente, está por detrás desta questão. Diz assim: "Sem uma ideologia, obra política, social, económica e cultural a defender, os escribas de serviço da nomenklatura continuam a imaginar que estão nos seus áureos tempos de perseguidores da mudança e da mentalidade independente. Continuam a imaginar que ainda têm todas as cartas na mão e que, de facto, podem jogá-las como bem entenderem".

Repare-se que não são apenas os "escribas", é todo o MPLA, partido no poder, que é descrito pelo autor como estando a perpetuar uma situação que já não corresponderia à realidade, uma ilusão à revelia da história. E porquê? Se lermos o artigo até ao fim, os argumentos em favor desta tese não parecem muito consistentes. Pelo contrário, ficamos até com a impressão, perante os factos aí mencionados, que os "áureos tempos" não desapareceram e que todas as cartas continuam a ser lançadas, ainda e sempre, pela mesma mão.

Tudo quanto Rafael Marques tem para contrapor são princípios, convicções que, apesar da sua firmeza, não parecem abalar o poder ou contrariar a realidade. Como Luther King, poderá afirmar que "o amor constrói com o seu poder redentor", acrescentando da sua lavra que "nem José Eduardo dos Santos, nem Savimbi, quanto mais os seus fantoches, têm esse amor. Daí que o povo tenha necessidade de se unir e, pacificamente, lutar contra a guerra e os seus promotores". A guerra, no entanto, prossegue, e os seus promotores não toleram ser criticados nos jornais.

À primeira vista tudo apontaria, pois, para que estivéssemos perante um equívoco de alguém que tomou, ele sim, os sonhos pela realidade vigente em Angola. Seria, porém, um equívoco bem estranho, na medida em que esse alguém é jornalista e se supõe bem informado. Com efeito, para além de colaborador do Agora, Rafael

Marques é também coordenador, no seu país, da Open Society Initiative for Southern Africa, fundada por George Soros, e foi em tempos jornalista da agência Reuters. Não é de crer, por conseguinte, que aquilo que escreve se resume a simples denúncias do poder em nome do mais ingénuo idealismo. Quanto muito, poder-se-ia julgar que ele se enganou no "timing" da sua intervenção e não deu pelo reacender da guerra, alguns meses antes de publicar o artigo.

Ou então, e é talvez esta a interpretação mais correcta, ele sabia, exactamente, o que estava a fazer. Sabia, sobretudo, a fragilidade de um poder como o angolano face à arma que ele tinha nas mãos: a opinião pública internacional. Só isso lhe permite desafiar os que se imaginam ainda nos "áureos tempos" e com poder para travar o avanço da "mentalidade independente". As acusações que faz por escrito não têm consequências? Três meses depois ele repete-as na rádio. Os acusados prendem-no? A Reuters vai descobri-lo numa enxovia e, em poucas semanas, o seu caso transforma-se num autêntico julgamento internacional do Estado angolano. Activistas dos direitos humanos e agências de informação, embaixadores e ministros, o mundo inteiro fica, de um momento para o outro, de olhos postos naquilo que foi, até aí, a total opacidade e a não menos total impunidade de um poder não sujeito ao escrutínio da livre opinião dos cidadãos.

Esta mesma ruptura que o processo de Rafael Marques deve ter representado explica também a ambivalência das autoridades perante o que estava a acontecer. Por um lado, nomeiam para julgar o caso um antigo membro da polícia política, o qual impõe o secretismo das sessões e nega ao réu, por um pretexto ridículo, a assistência do seu advogado. Inclusivamente, os comentários do ministro da Informação a respeito de Mário Soares e de seu filho podem não ter sido alheios por completo ao caso e funcionar como tática de diversão. Mas, por outro lado, as mesmas autoridades vão dando sinais de que pretendem que o julgamento não fique sob suspeita. E a sentença, por mais infundada, já o dissemos, viria a ser extremamente branda para aquilo que os costumes deixariam adivinhar.

No plano dos princípios, a sentença é iníqua e por várias razões. Desde logo, por não ser pensável, hoje em dia, a existência de um Estado de direito onde as autoridades estão imunes à crítica. Mas é também iníqua porque a Constituição angolana, no seu artigo 35, garante a liberdade de expressão. Para incriminar alguém por delito de opinião, é necessário recorrer — e, pelos vistos, as autoridades de Luanda recorrem com frequência a uma lei de segurança do Estado, datada de 1978, que deveria ter sido revogada no exacto momento em que se promulgou a Constituição de 1992, teoricamente em vigor.

Como se isso não bastasse, Angola tem vindo, de então para cá, a assinar toda uma série de convenções internacionais, como a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, que vão, frontalmente, contra essa lei. Insistir, portanto, num julgamento de fachada legalista só poderia resultar, como resultou, no exacerbamento das contradições, mesmo não permitindo que a Comunicação Social estivesse presente no tribunal. Mas o poder em Luanda tinha de manter a face. Surpreendido, hesitante mesmo, mas impossibilitado de recuar.

De qualquer modo, a sua fragilidade ficou patente e, decerto, não será por acaso que a Igreja Católica acaba de anunciar a organização de uma rede de rádios independentes para funcionar no interior do país. Possivelmente, o poder angolano irá, apesar de tudo, manter-se. Talvez tenha, no entanto, de ensaiar uma outra forma de procedimento com a informação. E, nessa altura, serão já as forças da mudança e a opinião independente que estarão a avançar. Ao contrário do que parecia, Rafael Marques era capaz de ter razão, já em Julho de 1999, quando publicou "Bâton da Ditadura".